



Escola de Administração Fazendária

Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

Concurso Público - 2006

Provas 1 e 2

Analista Contábil-Financeiro

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

Instruções

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“Não tenha medo de crescer lentamente. Tenha medo apenas de ficar parado.”

- 4 - DURAÇÃO DAS PROVAS: **4h30min**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Nas provas há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciadas as provas.
- 9 - Durante as provas, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término das provas, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 11 - A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início das provas. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVAS, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.
- 13 - Estas provas estão assim constituídas:

Provas	Disciplinas	Questões	Pesos
1	Língua Portuguesa	01 a 10	1
	Estatística Básica	11 a 15	
	Informática	16 a 20	
2	Direito Administrativo	21 a 25	2
	Direito Constitucional	26 a 30	
	Direito Tributário	31 a 40	
	Contabilidade Geral	41 a 60	

Boa prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões 1 e 2.

De maneira simplificada, o orçamento é composto não apenas de contas e números, mas também de expressões que descrevem os propósitos e as ações de governo (melhoria da saúde da população, redução das desigualdades regionais, promoção das exportações, desenvolvimento do ensino fundamental etc.), aos quais são alocados determinados valores, considerando os insumos necessários à sua realização. Portanto, o orçamento público é o elo entre os recursos financeiros e a atividade do Estado, que busca implementar suas políticas públicas. Se as receitas previstas forem arrecadadas tempestivamente, as despesas forem realizadas de acordo com o planejado, e as ações envolvidas produzirem as conseqüências esperadas, então, teoricamente, os propósitos consignados no orçamento serão alcançados. Assim é possível determinar até que ponto as previsões postuladas no orçamento se tornam verdadeiras.

(<http://www.lrf.com.br>)

01- Assinale o trecho que apresenta a idéia principal do texto.

- a) “o orçamento é composto não apenas de contas e números”. (l. 1 e 2)
- b) “são alocados determinados valores, considerando os insumos necessários à sua realização.” (l. 7, 8 e 9)
- c) “o orçamento público é o elo entre os recursos financeiros e a atividade do Estado” (l. 9, 10 e 11)
- d) “os propósitos consignados no orçamento serão alcançados” (l. 16 e 17)
- e) “determinar até que ponto as previsões postuladas no orçamento se tornam verdadeiras.” (l. 18 e 19)

02- Assinale a opção incorreta.

- a) Infere-se das informações do texto que o orçamento é composto também de contas e números.
- b) A substituição de “são alocados”(l. 7) por **se aloca** mantém a correção gramatical do período.
- c) O emprego da vírgula após “Estado” (l. 11) justifica-se por isolar oração adjetiva explicativa.
- d) A expressão “tempestivamente” (l.13) está sendo empregada no sentido de oportunamente, no tempo certo.
- e) Nas orações “Se as receitas previstas forem arrecadadas tempestivamente, as despesas forem realizadas de acordo com o planejado”, tem-se o emprego da voz passiva com agente indeterminado.

A implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI foi viabilizada a partir da criação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, vinculada ao Ministério da Fazenda, por meio do Decreto n. 92.452, de 10 de março de 1986, com o objetivo de promover a modernização e a integração dos sistemas de programação financeira, de execução orçamentária e de contabilidade dos órgãos e entidades públicas do Governo Federal. Para desincumbir-se de suas atribuições, recebeu competente autorização para contratar, junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, a implementação de um sistema computacional que fornecesse todas as informações necessárias, de maneira segura e rápida. Superando dificuldades de toda ordem, a STN, em conjunto com o SERPRO, Empresa Pública prestadora de serviço na área de informática, criou as condições para que o SIAFI fosse implantado em tempo reconhecidamente curto (cerca de 6 meses), entrando em operação a partir de 01 de janeiro de 1987.

(James Giacomoni. Orçamento Público)

03- Em relação ao texto acima, assinale a opção incorreta.

- a) A substituição de “foi viabilizada” (l. 2 e 3) por **viabilizou-se** mantém a correção gramatical e as informações originais do período.
- b) O sujeito de “recebeu” (l. 11) é “Secretaria do Tesouro Nacional” (l. 3 e 4).
- c) A substituição de “fornecesse” (l.14) por **viesse a fornecer** mantém a correção gramatical do período.
- d) O emprego de vírgula após “ordem” (l.16) justifica-se para isolar oração reduzida de gerúndio anteposta à principal.
- e) A forma verbal “criou” (l.18) está no singular para concordar com “SERPRO” (l. 17).

04- O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI é um sistema de teleinformática criado para promover a modernização e a integração dos sistemas de acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal, objetivando minimizar custos, e dar eficiência e eficácia à gestão dos recursos alocados na Lei Orçamentária Anual.

(James Giacomoni. Orçamento Público)

Assinale a opção que não constitui continuação coesa e coerente para o texto acima.

- a) Os dados inseridos no SIAFI são centralizados em Brasília, sendo disponibilizados por teleprocessamento aos órgãos/entidades do Governo Federal distribuídos no País e no exterior.
- b) Portanto, até o exercício de 1986, o Governo Federal enfrentava uma série de problemas de natureza administrativa que impedia a adequada gestão dos recursos públicos e dificultava a preparação do orçamento unificado.
- c) Tem como premissa básica a contabilização de todos os atos e fatos praticados pelos Gestores públicos (pagamentos, recebimentos, compras, baixa de itens patrimoniais etc.), e praticamente todas as consultas gerenciais do sistema se baseiam em registros contábeis para serem obtidas.
- d) Como sistema computacional, foi implantado em 1987, tornando-se, desde então, importante instrumento para o acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e contábil do Governo Federal.
- e) É um sistema informatizado que integra os sistemas de programação financeira, de execução orçamentária e de controle interno do Poder Executivo, fornecendo informações gerenciais, confiáveis e precisas para todos os níveis da Administração.

A contabilidade aplicada à administração pública, seja na área federal, estadual, municipal ou no Distrito Federal, tem, como fio condutor, a Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de

- 5 direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços desses entes. Ela registra a previsão da receita e a fixação da despesa, estabelecidas no orçamento público aprovado para o exercício, escritura a execução orçamentária
- 10 da receita e da despesa, faz a comparação entre a previsão e a realização das receitas e despesas, controla as operações de créditos, a dívida ativa, os valores, os créditos e obrigações, revela as variações patrimoniais e demonstra o valor do patrimônio.

(<http://www.lrf.com.br/>)

05- Em relação às estruturas do texto anterior, assinale a opção correta.

- a) O sinal indicativo de crase em “à administração” (ℓ.1) deve-se à regência de “contabilidade”.
- b) O pronome “Ela” (ℓ.7) substitui o antecedente “administração pública” (ℓ. 1).
- c) O sujeito de “escritura” (ℓ. 9) é “a previsão da receita”.
- d) O emprego de vírgula após “créditos” (ℓ.12) isola aposto explicativo.
- e) Os termos “a dívida ativa, os valores, os créditos e obrigações” (ℓ. 12 e 13) são complementos de “controla” (ℓ. 12).

Orçamento público é o instrumento de gestão de maior relevância e provavelmente o mais antigo da administração pública. Partindo da intenção inicial de controle, no Brasil, **reveste-se(1)** de formalidades legais. Passa pela análise e aprovação do Poder Legislativo, composto de representantes da sociedade. Como a proposta do orçamento é sempre do Chefe do Poder Executivo (Presidente, Governador e Prefeito), sua aprovação pelo Legislativo tem o condão de autorizar os gastos a serem feitos no ano a que **se refere(2)**. Pelo menos em tese, é como **se(3)** a própria sociedade estivesse autorizando a atuação do Estado, já que as despesas só poderão ser realizadas **se(4)** tiverem sido fixadas no orçamento. Quanto às receitas, nada impede que seja arrecadado mais (ou menos) que o previsto. Aliás, é em função da arrecadação da receita que as despesas serão realizadas. Caso a arrecadação seja inferior ao previsto, **procede-se(5)** ao contingenciamento de despesas, isto é, são priorizados os gastos já autorizados no orçamento. E quando há excesso de arrecadação, novas despesas podem ser realizadas, mas é necessária sempre prévia autorização do Poder Legislativo para tanto.

(<http://www.lrf.com.br/>)

06- Em relação ao texto acima, assinale a opção que apresenta função do “se” incorreta.

- a) 1 – é pronome integrante do verbo.
- b) 2 – o verbo é pronominal.
- c) 3 – conjunção comparativa = como se.
- d) 4 – partícula apassivadora.
- e) 5 – índice de indeterminação do sujeito.

Quanto à sua natureza jurídica, no Brasil, o orçamento público é apenas autorizativo. Isso quer dizer que o gestor somente pode realizar a despesa pública **se essa estiver(1)** prevista na lei orçamentária, **mas a mera previsão no orçamento não vincula a execução da despesa(2)**. Ou seja, **o fato de a despesa estar prevista na Lei Orçamentária(3)** não obriga o governante a realizá-la. **Se o governo fez(4)** a devida previsão de despesa para a construção de rodovias, poderá levar a efeito sua intenção, tendo em vista a existência da dotação respectiva. Não está, entretanto, obrigado a proceder à empreitada, podendo desistir da obra, **caso julgue oportuno e conveniente(5)**.

(<http://www.lrf.com.br/>)

07- Em relação ao texto acima, assinale a opção em que a reescrita do trecho está incorreta para o contexto.

- a) 1 - caso esteja ela
- b) 2 - mas a execução da despesa não está vinculada à mera previsão no orçamento.
- c) 3 - o fato de a Lei Orçamentária prever a despesa
- d) 4 - Caso tenha sido feito pelo governo
- e) 5 - se julgar oportuno e conveniente.

O termo orçamento é utilizado, costumeiramente, ___1___ sinônimo de gastos a serem realizados (“o técnico fez o orçamento do conserto do computador”), ou ___2___ confronto de despesas e receitas já realizadas ao final de determinado período (“o orçamento familiar está apertado neste mês”). O orçamento público, ___3___ valer dessas duas acepções cotidianas, tem um significado muito maior. No Brasil, o orçamento público formalmente é uma lei, ___4___ se estima a receita e se fixa a despesa para determinado ano. Assim, é feita uma projeção da atividade financeira do Estado. Sabe-se, ___5___ orçamento, quanto se pretende arrecadar, e é baseando-se nessa previsão que serão fixadas as despesas a realizar.

(<http://www.lrf.com.br/>)

08- Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto acima.

	1	2	3	4	5
a)	no	em	embora se	em cuja	do
b)	com o	no	apesar de	em qual	no
c)	como	como	apesar de se	em que	por meio do
d)	por	pelo	mesmo ao se	cuja	com o
e)	pelo	por	dado se	de modo que	em que

O orçamento público é uma lei ___1___, entre outros aspectos, exprime em termos financeiros a alocação dos recursos públicos. Trata-se de um instrumento de planejamento ___2___ espelha as decisões políticas, estabelecendo as ações prioritárias ___3___ atendimento das demandas da sociedade, ___4___ escassez de recursos. Apresenta múltiplas funções – de planejamento, contábil, financeira e de controle.

(<http://www.lrf.com.br/>)

09- Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto acima.

	1	2	3	4
a)	cuja	o qual	pelo	diante da
b)	a qual	em que	por	frente à
c)	em que	no qual	com o	devido à
d)	na qual	cujo	no	com a
e)	que	que	para o	em face da

A exclusão da cidadania é mais uma exclusão que o brasileiro paga pela má qualidade da escola. Sem um ensino básico de excelência, perdem-se não só sucessivas batalhas,(1) mas a guerra. Os pais desempenham o papel que lhes cabe.(2) Mandam os filhos para a escola. As crianças assistem às aulas,(3) fazem as tarefas exigidas, mas não aprendem. Algumas chegam à 5ª série analfabetas.(4) Não lêem nem escrevem. Outras,(5) analfabetas funcionais. Lêem, mas são incapazes de entender o texto. Escrevem, mas não conseguem redigir um bilhete simples.

(*Correio Braziliense*, 17/10/2006.)

10- Em relação ao texto acima, assinale o comentário incorreto a respeito dos sinais de pontuação.

- a) 1 – a vírgula justifica-se para separar oração de natureza explicativa.
- b) 2 – o ponto final pode ser substituído por sinal de dois-pontos, com mudança de maiúscula para minúscula em “Mandam”.
- c) 3 – a vírgula justifica-se para isolar elementos de mesma classe gramatical componentes de uma enumeração.
- d) 4 – o ponto final pode ser substituído por vírgula, com mudança de maiúscula para minúscula em “Não”.
- e) 5 – a vírgula justifica-se para marcar a elipse de expressão antecedente: “chegam à 5ª série”.

ESTATÍSTICA BÁSICA

11- A média aritmética discreta de uma população qualquer é dada pela seguinte formulação:

a)
$$\mu_x = \frac{\sum_{i=1}^n \mu_i}{n}$$

b)
$$\overline{X}_x = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n}$$

c)
$$\mu_x = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n}$$

d)
$$\overline{X} = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n}$$

e)
$$\mu_x = \frac{\sum_{i=1}^n (\overline{X} - X_i)^2}{n}$$

12-O conjunto de notas dos alunos de uma determinada prova é: {10, 5, 3, 4, 5, 10, 3, 8, 9, 3}. Assim, podemos dizer que a moda, média e mediana deste conjunto são, respectivamente:

- a) 3, 6 e 5.
- b) 3, 4 e 5.
- c) 10, 6 e 5.
- d) 5, 4 e 3.
- e) 3, 6 e 10.

13-No estudo da Estatística Descritiva serão considerados como pequenos os conjuntos de dados que contenham até 30 elementos ou como grandes quando o conjunto de dados possuir mais de 30 elementos. Este parâmetro de 30 elementos é um referencial que, muito embora indicado e utilizado com muita frequência, depende da situação e peculiaridades da variável em estudo.

Para um (1) conjunto de dados de qualquer tamanho de uma variável, as suas informações podem ser resumidas estatisticamente de acordo com as seguintes medidas:

Indique a opção falsa.

- a) Medidas de tendência central ou posição.
- b) Medidas de dispersão ou variabilidade.
- c) Medidas de assimetria.
- d) Medidas de achatamento ou curtose.
- e) Medidas de correlação.

Área para rascunho

14 - Indicando por:

- \bar{X} : a média aritmética de uma amostra;
- m_g : a média geométrica da mesma amostra; e
- m_h : a média harmônica também da mesma amostra.

E desde que todos os valores da amostra sejam positivos e diferentes entre si, é verdadeiro afirmar que a relação entre estas médias é:

a) $\bar{X} < m_g < m_h$.

b) $\bar{X} > m_g > m_h$.

c) $m_g < \bar{X} < m_h$.

d) $\bar{X} < m_g = m_h$.

e) $\bar{X} = m_g = m_h$.

15- Qual a variação (índice de aumento ou redução) do preço médio verificado na tabela de compras abaixo?

Produto	Ano X ₀		Ano X ₁	
	Qtde.	Valor Total	Qtde.	Valor Total
A	10	R\$ 20,00	20	R\$ 40,00
B	20	R\$ 20,00	30	R\$ 60,00
C	10	R\$ 20,00	20	R\$ 40,00
D	20	R\$ 30,00	20	R\$ 40,00

- a) 25%.
- b) 33%.
- c) 50%.
- d) 125%.
- e) 133%

Área para rascunho

INFORMÁTICA

16- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos básicos de Informática.

- I. A porta serial é uma interface de comunicação entre o computador e seus periféricos, tais como impressoras, scanners, câmeras de vídeo e unidade de disco removível. Esse tipo de porta tem um comportamento semelhante ao de portas USB, permitindo que se instale e utilize até sete periféricos simultaneamente na mesma porta.
- II. Nas versões do sistema operacional Windows que disponibilizam a funcionalidade “**Tarefas agendadas**” é possível agendar qualquer *script*, programa ou documento para ser executado no momento que se desejar. A funcionalidade “**Tarefas agendadas**” pode ser configurada para ser iniciada sempre que o sistema operacional for iniciado e será executada em segundo plano. Ao utilizar o Assistente de tarefa agendada, pode-se agendar uma tarefa para ser executada diária, semanal ou mensalmente, alterar o agendamento de uma tarefa e personalizar a execução de uma tarefa em determinada hora.
- III. Nas versões do sistema operacional Windows que contemplam discos básicos, uma unidade lógica é um volume que pode ser criado dentro de uma partição estendida em um disco básico. Uma unidade lógica pode ser formatada e ter uma letra de unidade atribuída a ela. Somente discos básicos podem conter unidades lógicas.
- IV. Um drive é um programa que permite que um dispositivo específico, como uma impressora, se comunique corretamente com o Sistema Operacional. Enquanto o administrador da máquina não configurar o drive apropriado para cada dispositivo instalado, o usuário só poderá usar esses dispositivos no modo de segurança. Após sua correta instalação, o programa drive de dispositivo é carregado automaticamente (para todos os dispositivos ativados) quando o computador é inicializado e, daí em diante, são executados de forma transparente para usuário.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

17- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos e funções de gerenciadores de banco de dados.

- I. Em um banco de dados relacional, os dados e os relacionamentos entre os dados são representados por uma coleção de tabelas, cada uma com seus dados e índices únicos.
- II. A chave primária é um ou mais atributos cujo valor identifica unicamente uma Tupla entre todas as outras de uma entidade. Deve ter conteúdo reduzido e valor constante no tempo.
- III. Procedimentos gravados, que são executados automaticamente quando ocorre determinada ação do usuário, são denominados Tuplas.
- IV. O MER (Modelo de Entidade e Relacionamento) é parte do aplicativo que manipula os dados e capta as informações para o usuário. Um MER deve ser estruturado para permitir navegação intuitiva e fácil.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

18- Uma Assinatura Digital é uma informação

- a) que utiliza funções para determinar os direitos e privilégios de acesso a um determinado arquivo.
- b) que substitui uma versão instalada por uma versão mais recente do mesmo software.
- c) desenvolvida para detectar e responder a softwares mal-intencionados, como vírus e *worms*.
- d) presente obrigatoriamente no corpo da mensagem transmitida, à qual pertence.
- e) que associa a identidade do remetente à informação sendo enviada. Pode fornecer serviços de integração e não-repúdio.

19- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos básicos de segurança da informação e à gestão da informação e do conhecimento.

- I. Por definição, os dados em um *Data Warehouse* são voláteis, ou seja, eles mudam, salvo quando é necessário fazer recuperação de *backups* previamente armazenados. Os dados ficam disponíveis para leitura e escrita, podendo ser alterados, desde que com informações mais recentes.
- II. *Data Mining* ou mineração de dados é o recurso usado para criar visões dos dados por meio de sua reorganização, de forma que eles possam ser examinados sob diferentes perspectivas.
- III. Um *Data Warehouse* pode armazenar grandes quantidades de informação, às vezes divididas em unidades lógicas menores que são chamadas de *Data Marts*. O esquema de dados mais utilizado é o "*Star Schema*" (Esquema Estrela), também conhecido como Modelagem Multidimensional.
- IV. O conceito Metadado é considerado como sendo os "dados sobre dados", isto é, os dados sobre os sistemas que operam com estes dados. Um repositório de metadados é uma ferramenta essencial para o gerenciamento de um *Data Warehouse* no momento de converter dados em informações para o negócio.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

20- O roteamento em redes diferencia-se nos seguintes aspectos: momento em que é escolhida a rota e a frequência com que as informações necessárias à escolha da rota são atualizadas. As informações nas tabelas de roteamento são classificadas como dinâmicas quando

- a) utilizadas em roteamento de redes de grande porte, desde que nelas só exista um única rota para cada destino.
- b) são configuradas na inicialização do roteador a partir de informações armazenadas em arquivos criados pelo administrador da rede e precisam ser manualmente atualizadas ao longo do tempo.
- c) são modificadas a partir de informações trocadas entre os roteadores.
- d) são modificadas a partir de informações trocadas entre os servidores de e-mail.
- e) não refletem as modificações na topologia da rede.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21- Assinale a opção que contenha a correlação correta.

- (1) Personalidade jurídica de direito privado
 - (2) Personalidade jurídica de direito público
- () Autarquias
() União
() Empresas públicas
() Sociedades de economia mista
() Organizações sociais
- a) 1/1/2/2/2
 - b) 2/1/2/1/2
 - c) 2/2/1/1/1
 - d) 1/2/1/2/1
 - e) 1/1/1/2/2

22- O Poder de Polícia é exercido em quatro fases que consistem no ciclo de polícia, correspondendo a quatro modos de atuação.

Assinale a opção que contenha a ordem cronológica correta do ciclo de polícia.

- a) Sanção/fiscalização/ordem/consentimento de polícia.
- b) Ordem/consentimento/sanção/fiscalização de polícia.
- c) Fiscalização/sanção/consentimento/ordem de polícia.
- d) Consentimento/ordem/fiscalização/sanção de polícia.
- e) Ordem/consentimento/fiscalização/sanção de polícia.

23- Assinale a opção que contenha os elementos do ato administrativo passíveis de reavaliação quanto à conveniência e oportunidade no caso de revogação.

- a) Competência/finalidade
- b) Motivo/objeto
- c) Forma/motivo
- d) Objeto/finalidade
- e) Competência/forma

24- Assinale a opção que contenha condições que não são tidas como necessárias para a caracterização do serviço adequado, nos termos da Lei n. 8.987/95.

- a) Regularidade/modicidade das tarifas.
- b) Continuidade/cortesia.
- c) Controle/economicidade.
- d) Eficiência/generalidade.
- e) Atualidade/segurança.

25-São regimes de execução indireta de obras e serviços, exceto:

- a) empreitada integral.
- b) empreitada por preço global.
- c) tarefa.
- d) administração contratada.
- e) empreitada por preço unitário.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26-Sobre a classificação das Constituições e o Sistema Constitucional vigente, assinale a única opção correta.

- a) A Constituição Federal de 1988 é considerada, em relação à estabilidade, como semi-rígida, na medida em que a sua alteração exige um processo legislativo especial.
- b) No que se refere à origem, a Constituição Federal de 1988 é considerada outorgada, haja vista ser proveniente de um órgão constituinte composto de representantes eleitos pelo povo.
- c) A constituição escrita apresenta-se como um conjunto de regras sistematizadas em um único documento. A existência de outras normas com *status* constitucional, *per se*, não é capaz de descaracterizar essa condição.
- d) As constituições dogmáticas, como é o caso da Constituição Federal de 1988, são sempre escritas, e apresentam, de forma sistematizada, os princípios e idéias fundamentais da teoria política e do direito dominante à época.
- e) Nas constituições materiais, como é o caso da Constituição Federal de 1988, as matérias inseridas no documento escrito, mesmo aquelas não consideradas “essencialmente constitucionais”, possuem *status* constitucional.

27-Sobre o poder constituinte originário e o poder constituinte derivado, assinale a única alternativa correta.

- a) A revisão constitucional prevista por uma Assembléia Nacional Constituinte, possibilita ao poder constituinte derivado a alteração do texto constitucional, com menor rigor formal e sem as limitações expressas e implícitas originalmente definidas no texto constitucional.
- b) Entre as características do poder constituinte originário destaca-se a possibilidade incondicional de atuação, ou seja, a Assembléia Nacional Constituinte não está sujeita a forma ou procedimento pré-determinado.
- c) O poder constituinte derivado decorrente é aquele atribuído aos parlamentares no processo legiferante, em que são discutidas e aprovadas leis, observadas as limitações formais e materiais impostas pela Constituição.
- d) O poder emanado do constituinte derivado reformador, que é fundado na possibilidade de alteração do texto constitucional, não é passível de controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

- e) O titular do poder constituinte é aquele que, em nome do povo, promove a instituição de um novo regime constitucional ou promove a sua alteração.

28-Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a única opção correta.

- a) A Constituição Federal de 1988 estabeleceu cinco espécies de direitos e garantias fundamentais: direitos e garantias individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos; e direitos relativos à existência e funcionamento dos partidos políticos.
- b) Os dispositivos relativos aos direitos e garantias individuais, por se constituírem cláusulas pétreas, não podem sofrer modificações que lhe alterem a substância. Mesmo *status* não foi conferido aos direitos sociais, que podem ser objeto de emenda à Constituição, tendente à sua abolição.
- c) A Constituição Federal de 1988 garante apenas aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à propriedade. Nesse sentido, a autoridade policial poderá determinar o ingresso em imóvel de estrangeiro, que não resida do País, sem que sejam observadas as limitações constitucionais.
- d) O princípio da legalidade, consagrado na Constituição Federal de 1988, estabelece que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Logo, no Sistema Constitucional pátrio, não é possível a edição, pelo Chefe do Poder Executivo, de decreto autônomo.
- e) De acordo com a Constituição Federal de 1988, deve o Poder Público proporcionar a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, contribuindo, inclusive, com recursos materiais e financeiros.

29- Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a única opção correta.

- a) A pena de morte, vedada pelo Sistema Constitucional Brasileiro atual, impede que o Poder Legislativo edite lei nesse sentido. Contudo, a Constituição Federal de 1988 prevê que a consulta popular, por meio de plebiscito, poderá autorizar o Congresso Nacional a instituir a referida pena.
- b) A pena de caráter perpétuo, vedada pela Constituição Federal de 1988, não impede que o Poder Judiciário condene determinado indivíduo ao cumprimento efetivo de pena que ultrapasse cem anos de prisão.
- c) A pena de banimento refere-se à expulsão de estrangeiro do país, nas situações em que cometer infração que atente contra a segurança nacional, a ordem política e social, a tranqüilidade ou moralidade pública e a economia popular.
- d) No Brasil, não se admite a aplicação de penas cruéis, salvo em caso de guerra declarada pelo Presidente da República, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele.
- e) A pena de trabalhos forçados, expressamente rejeitada pela Constituição Federal de 1988, não impede que o preso exerça atividade laboral remunerada e que seja deduzido o período trabalhado da pena remanescente a ser cumprida.

30- Acerca do processo legislativo brasileiro vigente, marque a única opção correta.

- a) A medida provisória, após a submissão e aprovação pelo Congresso Nacional, poderá ser alterada por lei ordinária. Entretanto, a matéria por ela abordada não poderá ser objeto de outra medida provisória na mesma sessão legislativa.
- b) Lei ordinária que regulamentou matéria atribuída pela Constituição à lei complementar é formal e materialmente inconstitucional, independentemente de apreciação e julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) É possível a revogação, por lei ordinária, de norma formalmente inserida em lei complementar, mas que não esteja materialmente reservada a essa espécie normativa pela Constituição.
- d) Não é possível a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda constitucional.
- e) A lei delegada será elaborada pelo Presidente da República, em razão de delegação do Congresso Nacional. Editada a norma, com extrapolação de seus limites, resta ao Poder Legislativo suscitar a inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, haja vista não mais possuir competência para sustar o ato normativo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31- A competência tributária, a teor do que dispõe o Código Tributário Nacional, é indelegável. Isso significa que um ente tributante não pode instituir tributo que seja da competência tributária de outro. Não constitui, porém, violação a essa regra

- a) a possibilidade de a União cobrar tributo da competência estadual, na hipótese de Estado que não tenha exercitado ainda essa competência.
- b) a instituição de lei estadual sobre tributo da competência de seus Municípios, que contenha apenas normas gerais sobre o mesmo tributo.
- c) a delegação, por um ente tributante, a outro, das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- d) a instituição de imposto extraordinário de guerra, por qualquer dos entes tributantes, na hipótese de a União não tê-lo feito tempestivamente em estado de guerra iminente.
- e) a renúncia em caráter irrevogável feita por um ente tributante em favor de outro.

32- O princípio constitucional da anterioridade, corolário da segurança jurídica, estabelece que os entes tributantes – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – não poderão exigir tributo no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que o tenha instituído ou aumentado. No tocante à possibilidade de majoração de tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os tenha aumentado, porém, a própria Constituição Federal estabeleceu algumas exceções. Entre os itens a seguir, assinale aquele que não constitui exceção ao referido princípio.

- a) Imposto sobre produtos industrializados.
- b) Contribuição de intervenção no domínio econômico, cobrada sobre combustíveis.
- c) Imposto de exportação.
- d) Empréstimo compulsório para despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.
- e) Empréstimo compulsório para despesas de investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional.

33-De acordo com o disposto no art. 145, inciso II, da Constituição Federal, as taxas constituem a modalidade de tributo que se pode cobrar em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. Sobre elas, podemos tecer as seguintes afirmativas, com exceção de:

- a) é um tributo que não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto, nem ser calculada em função do capital das empresas.
- b) os serviços públicos que ensejam a sua cobrança consideram-se utilizados pelo contribuinte efetivamente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
- c) competente para instituir e cobrar a taxa é a pessoa política – União, estado, Distrito Federal ou município – legitimada para a realização da atividade que caracterize o fato gerador do tributo.
- d) serviços públicos específicos são aqueles que podem ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas.
- e) serviços públicos divisíveis são aqueles suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

34-Sobre o Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), previsto no art. 155, II, da Constituição Federal, de competência dos municípios, é incorreto afirmar que:

- a) poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e serviços.
- b) poderá ser não-cumulativo.
- c) Lei complementar disporá sobre substituição tributária.
- d) em operações que destinem bens e serviços a consumidor localizado em outro estado, será adotada a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto.
- e) em operações que destinem bens e serviços a consumidor localizado em outro estado, será adotada a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte do imposto.

35-A Constituição Federal de 1988 incumbiu determinada espécie normativa de dispor especificamente sobre matérias de interesse dos Estados-Membros e do Distrito Federal, tais como a fixação de alíquotas mínimas e máximas do ICMS nas operações internas, e também de fixar alíquotas máximas do ITCMD. A espécie normativa que cuida dessas matérias é:

- a) decreto presidencial.
- b) decreto legislativo.
- c) medida provisória.
- d) lei complementar.
- e) resolução do Senado Federal.

36-Quando o Código Tributário Nacional, em seu art. 116, parágrafo único, prevê a possibilidade de que a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária, podemos afirmar que estamos diante de

- a) norma geral anti-elisão.
- b) norma geral anti-evasão.
- c) desconsideração da pessoa jurídica, nos termos do Código Civil.
- d) princípio da tipicidade tributária.
- e) aspectos procedimentais do lançamento tributário.

37-O crédito tributário nasce a partir da obrigação tributária principal, que tem a mesma natureza desta. Sobre a obrigação tributária, nos termos do art. 113 e seguintes do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), é correto afirmar-se que

- a) tendo nascido a obrigação tributária, com a realização do fato gerador, o sujeito passivo torna-se imediatamente obrigável ao pagamento do tributo pertinente, sendo desnecessária a prática de quaisquer atos formais por parte do sujeito ativo, em quaisquer hipóteses.
- b) a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos do Código Tributário Nacional.
- c) a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ou não ao fato gerador da respectiva obrigação, desde que se exclua totalmente a responsabilidade do contribuinte.
- d) em processo de falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo falimentar pelo prazo de um ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.
- e) a responsabilidade por infrações da legislação tributária somente é excluída pela denúncia espontânea da infração quando acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora.

38-O auto de infração, regularmente notificado ao sujeito passivo, só pode ser alterado por iniciativa da autoridade administrativa em hipóteses taxativamente previstas pelo art. 149 do CTN. Entre as hipóteses abaixo, assinale as que constituem exemplos deste tipo de situação.

- I - Quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.
- II - Quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.
- III - Quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

39-Sobre a moratória, hipótese de suspensão da exibibilidade do crédito tributário, podemos dizer que

- a) pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que em condições específicas.
- b) pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, em quaisquer casos, incondicionalmente.
- c) não pode ser concedida em caráter individual.
- d) não pode, em nenhuma hipótese, ser concedida pela União em relação a tributos de competência estadual.
- e) a lei que a prever não poderá restringi-la a determinada região do território do ente tributante.

40-A imunidade tributária ocorre quando a regra constitucional impede a incidência da regra jurídica de tributação, criando um direito subjetivo público de exigir que o Fisco se abstenha de cobrar tributos.

Sobre esta, avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, assinale a opção correta.

- () A imunidade recíproca veda à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a possibilidade de instituírem impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- () No tocante à imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua impressão, estamos diante de uma imunidade objetiva, direcionada a estes bens, e não à editora ou empresa que os comercializa.
- () As instituições de educação ou assistência social, embora reconhecidamente imunes pela Constituição Federal, deverão obedecer a determinados requisitos legais para que possam fruir de tal benefício.

- a) V, V, F.
- b) V, V, V.
- c) V, F, V.
- d) F, V, V.
- e) V, F, F.

CONTABILIDADE GERAL

41-Para alcançar seus objetivos precípuos, a Contabilidade utiliza técnicas formais específicas. Assinale abaixo o grupo que discrimina essas técnicas.

- a) Registro contábil, Balanços e Auditoria.
- b) Escrituração, Demonstração, Auditoria e Análise de Balanços.
- c) Livros contábeis Diário e Razão, Inventários, Orçamentos e Balanços.
- d) Escrituração, Lançamentos, Balancetes, Balanços, Inventários e Auditoria.
- e) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos.

42- Ao atualizar a escrituração das contas de resultado, que estavam contabilizadas de acordo com o regime contábil de caixa, a empresa Horizontal S/A verificou que havia despesas pagas, mas não vencidas, no valor de R\$ 4.000,00; receitas recebidas, mas não vencidas, no valor de R\$ 3.800,00; despesas vencidas, mas não pagas, no valor de R\$ 2.500,00; e receitas vencidas, mas não recebidas, no valor de R\$ 5.300,00.

Ao ajustar o resultado aos ditames do princípio contábil de competência, o lucro do exercício, certamente, será aumentado em

- a) R\$ 2.600,00.
- b) R\$ 2.800,00.
- c) R\$ 3.000,00.
- d) R\$ 4.700,00.
- e) A variação será nula: mais R\$ 1.500,00, menos R\$ 1.500,00.

43- Assinale abaixo a opção que contém a assertiva verdadeira.

- a) Pelo princípio contábil da competência, são consideradas do exercício social as despesas que nele forem pagas, independentemente de seu vencimento, enquanto que para receitas o que importa é o momento em que forem efetivamente realizadas.
- b) Pelo princípio contábil da prudência, quando houver dois valores igualmente válidos e confiáveis, a contabilidade deverá considerar o menor dos dois, se for do passivo, ou o maior dos dois, se for do ativo.
- c) O princípio contábil do custo como base de valor disciplina que um bem adquirido deve ser incorporado ao ativo pelo seu preço de aquisição, a menos que o valor tenha sido alterado já na época da compra.
- d) O princípio contábil da entidade está claramente definido no conceito de patrimônio, quando se afirma que o objeto da contabilidade é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma pessoa.
- e) O critério de avaliação de bens pelo preço de custo ou de mercado, dos dois o menor, está inteiramente de acordo com o princípio contábil da Consistência.

44- O lançamento contábil é um registro formal, em livros apropriados, com formalidades extrínsecas e intrínsecas, pois tem força probatória em juízo ou fora dele. Por isto, as normas regulamentares especificam que o lançamento deve conter os seguintes elementos essenciais:

- a) data, devedor, credor, histórico e valor.
- b) data, valor registrado a débito, valor registrado a crédito.
- c) data, conta e valor creditado, conta e valor debitado.
- d) conta, partida, histórico e valor a débito; e contrapartida, histórico e valor a crédito.
- e) conta devedora, conta credora e valor.

45- Assinale, abaixo, a única afirmativa verdadeira, em relação às normas brasileiras em vigor para a escrituração contábil.

- a) O Diário é um livro contábil de uso obrigatório utilizado para resumir e totalizar os lançamentos efetuados no livro Razão.
- b) O Razão é o livro utilizado para registro de toda a escrituração contábil, devendo nele ser lançados todos os atos ou operações decorrentes das atividades empresariais.
- c) Os valores apurados no inventário devem ser relacionados no livro Registro de Inventário de acordo com as normas regulamentares, não sendo obrigatória a indicação das quantidades.
- d) O órgão competente para autenticação do Diário, no caso de empresas exclusivamente prestadoras de serviços, ou seja, as sociedades civis, é o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- e) O livro Razão não está dispensado de registro e autenticação nos órgãos de registro de comércio, nem nas juntas comerciais.

46- Assinale abaixo a afirmativa verdadeira.

As normas legais e regulamentares sobre avaliação do ativo assinalam que:

- a) para mercadorias destinadas a venda o valor de mercado para fins de avaliação no balanço é o preço pelo qual possam ser repostas mediante compra no mercado.
- b) os bens e investimentos classificados no ativo circulante deverão ser avaliados no balanço ao preço de custo do mercado.
- c) para os investimentos avaliados ao valor de custo ou de mercado, o valor de mercado é o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros, deduzida a margem de lucro.
- d) os itens classificados no ativo diferido serão avaliados pelo valor do capital aplicado.
- e) os estoques de mercadorias fungíveis destinados à venda poderão ser avaliados pelo valor de mercado, quando esse for o costume mercantil aceito pela técnica contábil.

47- Abaixo estão listadas algumas definições ligadas aos conceitos usuais de contabilidade para fins da recuperação de custo dos ativos imobilizados. Assinale a afirmativa verdadeira.

- a) Depreciação é a importância correspondente à alteração do valor dos bens do ativo imobilizado, resultante do uso, ação da natureza, reavaliação ou obsolescência.
- b) Exaustão é a importância correspondente à diminuição do valor dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, decorrente de sua exploração.
- c) Amortização é a importância correspondente à recuperação do capital aplicado na aquisição de direitos, cuja existência tenha duração ilimitada.
- d) Bens depreciables são bens adquiridos para realização dos negócios da empresa, ou melhorias neles realizadas, cuja vida útil não ultrapasse o período de um exercício social.
- e) Reparos são serviços que recolocam o ativo em condições normais de operação, adicionando vida útil ao ativo, não sendo considerados despesas do exercício.

48- Os bens do ativo permanente, se estiverem sujeitos a desgaste físico, deverão reconhecer essa perda nos resultados, pelo menos uma vez por ano. Uma máquina adquirida por R\$ 120.000,00 em 01 de outubro de 2001, com vida útil estimada em 10 anos, em decorrência desse procedimento, apresentará em 30 de junho de 2005, valor contábil de

- a) R\$ 66.000,00.
- b) R\$ 72.000,00.
- c) R\$ 74.000,00.
- d) R\$ 75.000,00.
- e) R\$ 120.000,00.

49- A empresa Comercial de Bananas Ltda., durante o mês de agosto adquiriu 100 dúzias a R\$ 6,00 cada, no dia 10; vendeu 60 dúzias, a vista, por R\$ 540,00, no dia 12; comprou mais 100 dúzias por R\$ 760,00, no dia 15; e vendeu mais 120 dúzias, no dia 20, ao mesmo valor unitário da venda anterior.

Sabendo-se que a empresa iniciou o período com estoque de 80 dúzias de bananas avaliadas ao custo total de R\$ 390,00 e que as operações são isentas de tributação, pode-se afirmar com certeza que:

- a) a venda do dia 20 rendeu lucro de R\$ 320,00.
- b) a conta Mercadorias deve ter saldo final de R\$ 510,00, avaliadas a UEPS.
- c) as operações renderam lucro total de R\$ 620,00.
- d) pelo critério UEPS, o estoque final será de R\$ 760,00.
- e) o custo das mercadorias vendidas foi de R\$ 1.000,00, a custo médio.

50- Assinale abaixo a assertiva verdadeira.

Na equação geral do sistema contábil, também são considerados como aplicação de recursos:

- a) os aumentos de ativo, os aumentos de despesas e as diminuições de passivo.
- b) os aumentos de patrimônio líquido, os aumentos de resultado e as diminuições de passivo.
- c) os aumentos de ativo, os aumentos de patrimônio líquido e as diminuições de passivo.
- d) os aumentos de ativo, os aumentos de resultado e as diminuições de passivo.
- e) os aumentos de passivo, os aumentos de patrimônio líquido e as diminuições de ativo.

51- A firma Microempresa Ltda. ME, possuindo ativo circulante de R\$ 2.500,00, passivo circulante de R\$ 6.000,00 e patrimônio líquido de R\$ 3.800,00, se não trabalhar com nenhum valor de longo prazo, sejam créditos, ou sejam débitos, vai demonstrar nessa data, os seguintes valores em seu patrimônio:

- a) Capital Aplicado R\$ 7.300,00.
- b) Capital Fixo R\$ 6.000,00.
- c) Capital Próprio R\$ 3.800,00.
- d) Capital de Giro R\$ 3.500,00.
- e) Capital Alheio R\$ 2.200,00.

52- A empresa Mercadoria Merck S/A, baseada em sua experiência de perdas no recebimento de clientes, no exercício de 2005, constituiu uma provisão para perdas no valor de R\$ 1.350,00. No exercício de 2006, a empresa deu baixa em créditos no valor de R\$ 930,00 e chegou ao fim do exercício com valores a receber no montante de R\$ 60.000,00.

Considerando-se a necessidade da constituição de nova provisão à base de 3% dos créditos que vão a balanço, pode-se dizer que, com a adoção dessa medida, o lucro da empresa será reduzido em

- a) R\$ 2.310,00.
- b) R\$ 1.800,00.
- c) R\$ 1.380,00.
- d) R\$ 870,00.
- e) R\$ 450,00.

53-A empresa Comercial do Ponto Ltda., ao contabilizar a quitação, por via bancária, de uma duplicata no valor de R\$ 600,00, com acréscimo de 10% relativos a juros, terá de efetuar o seguinte lançamento no livro Diário (omitindo-se data e históricos para simplificação):

a) Diversos			
a Bancos conta Movimento			
Duplicatas a Pagar	600,00		
Juros Passivos	<u>60,00</u>	660,00	
b) Diversos			
a Bancos conta Movimento			
Duplicatas a Receber	600,00		
Juros Passivos	<u>60,00</u>	660,00	
c) Bancos conta Movimento			
a Diversos			
a Duplicatas a Pagar	600,00		
a Juros Passivos	<u>60,00</u>	660,00	
d) Bancos conta Movimento			
a Diversos			
a Duplicatas a Receber	600,00		
a Juros Passivos	<u>60,00</u>	660,00	
e) Duplicatas a Pagar			
a Diversos			
a Bancos conta Movimento	600,00		
a Juros Passivos	<u>60,00</u>	660,00	

Área para rascunho

54-O Supermercado Emerenciano S/A efetuou, a vista, a compra de 400 chapéus de feltro por R\$ 8.000,00 para revenda em sua loja da rua América s/n. Na operação foram incluídos frete de R\$ 0,30 por unidade, IPI de 2% e ICMS de 12%, incidentes apenas sobre o produto adquirido.

O registro contábil deverá ser feito a crédito da conta Caixa e a débito de outras contas, com os valores abaixo indicados:

a) débito de

Mercadorias	R\$ 7.040,00
Fretes e Carretos	R\$ 120,00
IPI a Recuperar	R\$ <u>160,00</u>
a crédito de Caixa	R\$ 7.320,00

b) débito de

Mercadorias	R\$ 7.200,00
Fretes e Carretos	R\$ 120,00
ICMS a Recuperar	R\$ <u>960,00</u>
a crédito de Caixa	R\$ 8.280,00

c) débito de

Mercadorias	R\$ 8.160,00
Fretes e Carretos	R\$ <u>120,00</u>
a crédito de Caixa	R\$ 8.280,00

d) débito de

Mercadorias	R\$ 7.320,00
ICMS a Recuperar	R\$ <u>960,00</u>
a crédito de Caixa	R\$ 8.280,00

e) débito de

Mercadorias	R\$ 8.000,00
Fretes e Carretos	R\$ 120,00
IPI a Recuperar	R\$ 160,00
ICMS a Recuperar	R\$ <u>960,00</u>
a crédito de Caixa	R\$ 9.240,00

Área para rascunho

55-O Empório Alimentar Ltda., em 25 de junho, promoveu uma operação de venda a vista, por R\$ 8.500,00, amargando um prejuízo da ordem de 8%.

No registro dessa transação a empresa deverá efetuar, direta ou indiretamente, a seguinte movimentação de contas:

a) Débito de Caixa	7.820,00	
Débito de Resultado com Mercadorias	<u>680,00</u>	
Crédito de Mercadorias		8.500,00
b) Débito de Caixa	7.765,60	
Débito de Resultado com Mercadorias	<u>734,40</u>	
Crédito de Mercadorias		8.500,00
c) Débito de Caixa	8.500,00	
Débito de Resultado com Mercadorias	<u>680,00</u>	
Crédito de Mercadorias		9.180,00
d) Débito de Caixa	8.500,00	
Débito de Resultado com Mercadorias	<u>734,40</u>	
Crédito de Mercadorias		9.234,40
e) Débito de Caixa	8.500,00	
Débito de Custo da Mercadoria Vendida	<u>9.180,00</u>	
Soma do débito	17.680,00	
Crédito de Vendas		8.500,00
Crédito de Mercadorias		8.500,00
Crédito de Resultado com Mercadorias	<u>680,00</u>	
Soma do crédito		17.680,00

Área para rascunho

56- Eis uma lista de títulos constantes do Plano de Contas da Empresa Mecenaz S/A.

- 01 - CAIXA
- 02 - CAPITAL SOCIAL
- 03 - CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS
- 04 - DESPESAS DE ALUGUEL
- 05 - DUPLICATAS A PAGAR
- 06 - DUPLICATAS A RECEBER
- 07 - IMPOSTOS A RECOLHER
- 08 - LUCROS ACUMULADOS
- 09 - MERCADORIAS
- 10 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS
- 11 - RECEITAS DE JUROS
- 12 - RECEITAS DE VENDAS
- 13 - RESERVA LEGAL
- 14 - SALÁRIOS E ORDENADOS
- 15 - VEÍCULOS

De acordo com a classificação técnica indicada na Teoria Patrimonialista e na Teoria Personalista das Contas, a relação acima contém

- a) 10 Contas Patrimoniais e 08 Contas do Proprietário.
- b) 07 Contas Integrais e 08 Contas Diferenciais.
- c) 07 Contas de Agentes Consignatários e 08 Contas do Proprietário.
- d) 07 Contas Patrimoniais e 08 Contas Diferenciais.
- e) 06 Contas de Resultado e 09 Contas Patrimoniais.

57- Listando os títulos contábeis do livro Razão com saldos em 31 de dezembro de 2005, a empresa Nova Aurora S/A evidenciou a seguinte relação:

Contas	Saldos
Bancos conta Movimento	R\$ 900,00
Financiamentos Bancários	R\$ 1.200,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 800,00
Títulos a Pagar	R\$ 2.050,00
Receita Bruta de Vendas	R\$ 1.350,00
Mercadorias	R\$ 1.300,00
Salários e Ordenados	R\$ 280,00
Aluguéis Ativos	R\$ 120,00
Duplicatas a Receber	R\$ 2.000,00
Encargos de Depreciação	R\$ 40,00
Fornecedores	R\$ 750,00
Capital a Realizar	R\$ 300,00
Juros Ativos	R\$ 110,00
Provisão p/Imposto de Renda	R\$ 200,00
Clientes	R\$ 850,00
Depreciação Acumulada	R\$ 180,00
Impostos e Taxas	R\$ 70,00
Reservas Estatutárias	R\$ 250,00
Despesas Antecipadas	R\$ 150,00
Investimentos	R\$ 800,00
Provisão para Férias	R\$ 180,00
Receitas Antecipadas	R\$ 270,00
Imóveis	R\$ 1.800,00
Capital Social	R\$ 3.380,00
Abatimento s/Vendas	R\$ 150,00
Gastos de Instalação	R\$ 90,00
Veículos	R\$ 980,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 400,00
Instalações	R\$ 320,00
Aluguéis Passivos	R\$ 210,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 60,00
Provisão p/perdas em Investimentos	R\$ 250,00
Reserva Legal	R\$ 350,00
Amortização Acumulada	R\$ 60,00

Ao elaborar o balancete de verificação com base nas contas acima e respectivos saldos, vamos encontrar saldos devedores no montante de

- a) R\$ 10.090,00.
- b) R\$ 10.720,00.
- c) R\$ 10.740,00.
- d) R\$ 10.850,00.
- e) R\$ 11.100,00.

Área para rascunho

58- Em 31 de dezembro de 2005, a empresa Solpoente S/A apresentou, em ordem alfabética, a seguinte relação de contas e saldos respectivos:

<u>Contas</u>	<u>Saldos</u>
Abatimento s/Vendas	R\$ 600,00
Aluguéis Ativos	R\$ 480,00
Amortização Acumulada	R\$ 240,00
Bancos conta Movimento	R\$ 3.600,00
Capital a Realizar	R\$ 1.200,00
Capital Social	R\$13.520,00
Clientes	R\$ 3.400,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 3.200,00
Depreciação Acumulada	R\$ 720,00
Despesas Antecipadas	R\$ 600,00
Despesa de Aluguéis	R\$ 840,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 1.600,00
Duplicatas a Receber	R\$ 8.000,00
Encargos de Depreciação	R\$ 160,00
Financiamentos Bancários	R\$ 4.800,00
Fornecedores	R\$ 3.000,00
Gastos de Instalação	R\$ 360,00
Imóveis	R\$ 7.200,00
Impostos e Taxas	R\$ 280,00
Instalações	R\$ 1.280,00
Investimentos	R\$ 3.200,00
Juros Ativos	R\$ 440,00
Mercadorias	R\$ 5.200,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 240,00
Provisão para Férias	R\$ 720,00
Provisão p/Imposto de Renda	R\$ 800,00
Provisão p/Perdas em Investimentos	R\$ 1.000,00
Receitas Antecipadas	R\$ 1.080,00
Receita Bruta de Vendas	R\$ 5.400,00
Reservas Estatutárias	R\$ 1.000,00
Reserva Legal	R\$ 1.400,00
Salários e Ordenados	R\$ 1.120,00
Títulos a Pagar	R\$ 8.200,00
Veículos	R\$ 3.920,00

Ao elaborar o balanço patrimonial do exercício a empresa apurou os seguintes valores:

a) Ativo Circulante	R\$ 18.200,00.
b) Passivo Circulante	R\$ 18.600,00.
c) Ativo Permanente	R\$ 15.000,00.
d) Patrimônio Líquido	R\$ 14.600,00.
e) Patrimônio Bruto	R\$ 36.760,00.

59-A empresa Norte Sul Comercial S/A, para encerrar o exercício de 2006, mandou listar a seguinte relação de contas:

Área para rascunho

<u>Contas</u>	<u>Saldos</u>
Bancos conta Movimento	R\$ 2.100,00
Fornecedores	R\$ 3.900,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 1.600,00
Títulos a Pagar	R\$ 4.100,00
Receita Bruta de Vendas	R\$ 3.240,00
Mercadorias	R\$ 2.600,00
Salários e Ordenados	R\$ 560,00
Aluguéis Ativos	R\$ 240,00
Duplicatas a Receber	R\$ 5.000,00
Juros a Receber	R\$ 700,00
Encargos de Depreciação	R\$ 80,00
Capital a Realizar	R\$ 600,00
Juros Ativos	R\$ 220,00
Provisão p/Imposto de Renda	R\$ 400,00
Depreciação Acumulada	R\$ 360,00
Impostos e Taxas	R\$ 140,00
Reservas de Lucros	R\$ 1.200,00
Salários a Pagar	R\$ 360,00
Receitas Antecipadas	R\$ 540,00
Móveis e Utensílios	R\$ 5.200,00
Capital Social	R\$ 2.600,00
Abatimento s/Vendas	R\$ 300,00
Gastos de Instalação	R\$ 890,00
Veículos	R\$ 1.960,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 800,00
Prêmios de Seguros	R\$ 420,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 120,00
Provisão p/Perdas em Investimentos	R\$ 500,00
Amortização Acumulada	R\$ 120,00
Despesas Não Operacionais	R\$ 540,00

Ao contabilizar o encerramento das contas de resultado, a empresa vai apurar um lucro operacional bruto da ordem de

- a) R\$ 3.240,00.
- b) R\$ 2.940,00.
- c) R\$ 1.340,00.
- d) R\$ 600,00.
- e) R\$ 60,00.

60-A empresa Mercadóloga S/A, em 2006, apurou lucro operacional líquido de R\$ 322.000,00, receitas não operacionais de R\$ 75.000,00 e despesas não operacionais de R\$ 92.000,00.

No aludido exercício social, a empresa mandou provisionar imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, no valor de R\$ 105.000,00, e destinou participação de 10 % para os empregados, 10% para administradores, 5% para reserva legal, além de 50% sobre o lucro ajustado para dividendo mínimo obrigatório.

Após a contabilização dos eventos acima citados a empresa vai evidenciar, no fim da Demonstração do Resultado de Exercício, o lucro líquido no valor de

- a) R\$ 160.000,00.
- b) R\$ 152.000,00.
- c) R\$ 153.900,00.
- d) R\$ 76.950,00.
- e) R\$ 162.000,00.

Área para rascunho

Área para rascunho



Escola de Administração Fazendária

www.esaf.fazenda.gov.br